

CENTRO DE INT. DA MARINHA EM PARADA DE LUCAS

Termo de Referência 52/2026

Informações Básicas


Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
52/2026	731060-CENTRO DE INT. DA MARINHA EM PARADA DE LUCAS	PEDRO PAULO SILVA DE ARAUJO SOARES	29/05/2026 10:23 (v 0.14)
Status	ASSINADO		



Outras informações



Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63514.000060/2026-08



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


1.1. Aquisição de equipamentos, utensílios e mobiliários destinados à cozinha industrial para atender a demanda da cozinha do Centro de Intendência da Marinha em Parada de Lucas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.


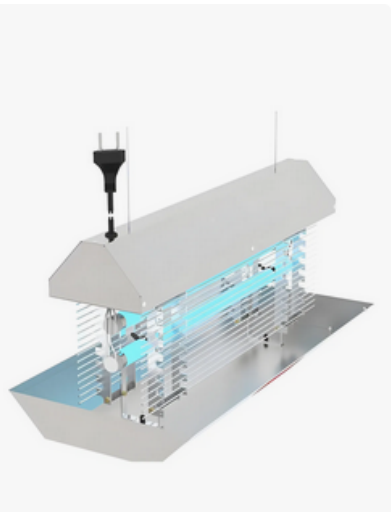
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>CALDEIRÃO INDUSTRIAL Autogerador De Vapor A Gás inox Autoclave 200l Inox -</p> <p>Capacidade em volume: 200 L, Capacidade de 200L.</p> <p>Tipo de revestimento externo: aço inoxidável.</p> <p>Tipo de revestimento interno: aço inoxidável, Fundo triplo, Feita em aço inoxidável.</p> <p>Com 4 sistemas de segurança.</p> <p>Foto ilustrativa:</p> 	258178	UN	12	R\$ 20.262,33	R\$ 243.147,96


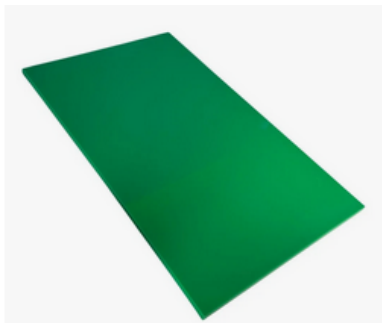
2	<p>Caldeirão Industrial Autogerador De Vapor A Gás inox 200l Inox -</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade em volume: 200 L, • Capacidade de 200L. • Tipo de revestimento externo: aço inoxidável. • Tipo de revestimento interno: aço inoxidável, Fundo triplo, Feita em aço inoxidável. • Com 4 sistemas de segurança. <p>Foto ilustrativa:</p> 	258176	UN	11	R\$ 18.990,00	R\$ 208.890,00
3	<p>Caldeirão Industrial Autogerador De Vapor A Gás Inox 100L- Capacidade em volume: 100 L,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de 100L. • Tipo de revestimento externo: aço inoxidável. • Tipo de revestimento interno: aço inoxidável, Fundo triplo, Feita em aço inoxidável. • Com 4 sistemas de segurança. <p>Foto ilustrativa:</p> 	304601	UN	6	R\$ 15.065,00	R\$ 90.390,00

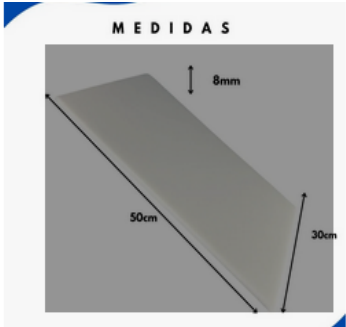

4	<p>Chapa Americana a Gás 1,20m Profissional com Pés 18 mm Baixa Pressão</p> <ul style="list-style-type: none"> Corpo em aço inoxidável escovado Chapa em aço laminado a quente com espessura de 18 mm Queimadores esmaltados com controle individual Fácil acendimento através da chama piloto com registro independente Pés em aço carbono cromado com regulagem de altura <p>Medidas aproximadas; Altura: 420 mm, Largura: 1220 mm, Profundidade: 800 mm, Peso: 95 kg.</p> <p>Foto ilustrativa.</p> 	611726	UN	30	R\$ 6.830,38	R\$ 204.911,40
5	<p>Processador de Alimentos em Inox</p> <p>- Tensão elétrica 127/220 V</p> <p>- Frequência / fases 60 Hz / 1</p> <p>- Potência nominal 600 W</p> <p>- Potência do motor 0,5 CV</p> <p>- Produção aproximada 250 kg/h</p> <p>foto Ilustrativa:</p> 	274028	UN	42	R\$ 4.629,32	R\$ 194.431,44
6	Fogão Industrial 8 Bocas Duplas Baixa Pressão	630698	UN	31	R\$ 3.923,04	R\$ 121.614,24



	<p>Descrição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quadro monobloco: bocas estampadas em uma chapa única, evita solda e resíduos; - Fabricados em ferro com pintura eletrostática e aço inox 430; - Registro regulador de gás em latão duro, niquelado e cromado; - Tubo de gás em alumínio especial, durável, polido, de 1"; - Queimadores e grelhas fundidos em alta temperatura; - 8 queimadores duplos; - Grelha de 30 x 30 cm; - Perfil 6,5 cm de largura entre as grelhas; - Modulável e desmontável. <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixa pressão; <p>Foto ilustrativa.</p> 					
7	<p>Liquidificador comercial 25 litros basculante em inox</p> <ul style="list-style-type: none"> -Tensão elétrica / frequência / fases: 220 V / 60 Hz / 1 -Potência nominal: 1.550 W -Dimensões aproximadas (AxLxP): 1.175 x 390 x 525 mm -Volume máximo do copo: 25 L <p>Foto ilustrativa.</p> 	631050	UN	47	R\$ 1.916,65	R\$ 90.082,55
8	<p>Fritadeira Elétrica Água e Óleo, inox Industrial Metalcubas 44L -</p> <ul style="list-style-type: none"> • Características: • Sistema Água e Óleo: Maior durabilidade do óleo e frituras mais saudáveis. • Controle Digital: Precisão no ajuste de temperatura e tempo, com sinal sonoro. 	457748	UN	28	R\$ 4.023,53	R\$ 112.658,84


	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura em Aço Inox 304: Resistência, higiene e fácil limpeza. Zona Fria de Água: Retém resíduos e evita que queimem. Facilidade de Limpeza: Dreno com prolongador e painel de resistências basculante. Alta Capacidade: Frita até 3 kg de alimentos por vez. <p>• Ficha Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capacidade do tanque: 38 L (óleo) 6 L (água) 0,5 kg (sal grosso) Capacidade de fritura: Até 3 kg Potência: 18,0 kW (trifásica) Consumo aproximado: 12,6 kW/h Voltagem: 220V trifásico <p>Foto ilustrativa:</p> 					
9	<p>Forno Combinado Elétrico C-MAX 220V com/ Carro Gaiola 20 GNs,</p> <ul style="list-style-type: none"> Características: <p>-Voltagem 220V</p> <p>- Deve acompanhar o suporte com rodas para movimentação.</p> <p>– deve acompanhar 1 carro gaiola para 20 GNs padrão 1 /1GN x 65mm.</p> <p>– Higienização automática: Deixe a higienização com o C-MAX. Basta selecionar o nível de limpeza desejado, adicionar o número indicado de Pastilhas Technicare e pronto!</p> <p>– Versatilidade: Assar, fritar, grelhar, gratinar, cozinhar, produzir pães e até sobremesas.</p> <p>foto ilustrativa:</p>	615725	UN	31	R\$ 72.975,93	R\$ 2.262.253,83

						
10	<p>Armadilha Luminosa Pro Mata Mosca E Mosquito Dengue</p> <p>- Características:</p> <p>- Cor: Inox</p> <p>- Área de atuação: máximo 80m² - Tipo de lâmpada: 2x lâmpada UVA-15W</p> <p>- Voltagem: Bivolt (chave seletora)</p> <p>- Indicação: Serve para todos os ambientes</p> <p>- Modo de funcionamento: Automático</p> <p>- Tipos de inseto que elimina: Voadores</p> <p>- Ambiente: Uso comercial, industrial e doméstico</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 	634808	UN	146	R\$ 521,01	R\$ 76.067,46
11	<p>Tábua De Corte 50x30 8mm Profissional Polietileno</p> <p>Cor: Vermelha.</p> <p>Anti-bacteriana</p> <p>Anti-escorregadio</p> <p>Usada no meio profissional Com película de proteção Atóxico</p> <p>- Pode ir no lava-louças</p> <p>- Alta durabilidade</p>	464979	UN	117	R\$ 153,20	R\$ 17.924,40

	<p>- Prático Leve</p> <p>- Tábuas de Polietileno.</p> <p>- Tábua para cortes de alimentos.</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 					
12	<p>Tábua De Corte 50x30 8mm Profissional Polietileno</p> <p>Cor: verde.</p> <p>Anti-bacteriana</p> <p>Anti-escorregadio</p> <p>Usada no meio profissional Com película de proteção Atóxico</p> <p>- Pode ir no lava-louças</p> <p>- Resistente</p> <p>- Alta durabilidade</p> <p>- Prático Leve</p> <p>- Tábuas de Polietileno.</p> <p>- Tábua para cortes de alimentos.</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 	464979	UN	93	R\$ 158,23	R\$ 14.715,39
13	<p>Tábua De Corte 50x30 8mm Profissional Polietileno</p> <p>Cor: branca.</p> <p>Anti-bacteriana</p> <p>Anti-escorregadio</p>	464979	UN	103	R\$ 155,31	R\$ 15.996,93

	<p>Usada no meio profissional Com película de proteção Atóxico</p> <p>Pode ir no lava-louças</p> <p>Resistente</p> <p>Alta durabilidade</p> <p>Prático Leve</p> <p>Tábuas de Polietileno.</p> <p>Tábua para cortes de alimentos.</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 					
14	<p>Faca Para Carne 10",</p> <p>Tipo: Tramontina, Premium, Branco</p> <p>Características:</p> <p>Material da lâmina Aço inoxidável</p> <p>Cor Branco</p> <p>Material do cabo Polipropileno</p> <p>Borda da lâmina Fio</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 	247351	UN	287	R\$ 128,45	R\$ 36.865,15
15	<p>Balde Carrinho De Limpeza Com Espremedor 20l</p> <p>Doblô Kit Básico Com Esfregão</p> <p>Capacidade total de 20 litros para grande volume de limpeza.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabo telescópico ajustável de 66cm a 1,60m. • Sistema 2 compartimentos para água limpa e suja. • Rodas giratórias 360° para locomoção suave. 	443451	UN	132	R\$ 530,04	R\$ 69.965,28

	<p>Foto Ilustrativa:</p>  <p>CONTÉM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 BALDE ESPREMEDOR 20 LITROS PERFECT PRO - 01 CABO RETRÁTIL 66CM - 160CM - 01 SUPORTE ESFREGÃO - 01 ESFREGÕES 					
16	<p>Lavadora de Louças e Copos</p> <p>CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO</p> <p>-Lavadora de Louças Profissional</p> <p>– Alta Performance e Economia</p> <p>- instalação é simples</p> <p>-Deve acompanhar: 02 gavetas de pinos</p> <p>-01 gaveta lisa</p> <p>-01 gaveta para 16 copos plásticos</p> <p>-Mangueira de entrada de água (2m)</p> <p>-Mangueira de esgoto (2m)</p> <p>-Cabo de conexão elétrica (2m, sem plugue)</p> <p>-Filtro de resíduos sólidos para rede de água</p> <p>-02 anéis de vedação para dreno (reserva)</p> <p>-Manual de instruções em português</p> <p>-Tensão(v) 220 ou Trifásico</p> <p>-Motor de lavagem(cv) 1</p> <p>-Motor de enxágue(cv) 0,5</p> <p>-Consumo de água por ciclo 2,1 litros</p> <p>-Temperatura de lavagem: 55 - 65°C</p> <p>-Temperatura de enxágue: 80 - 90°C</p> <p>-Área útil de lavagem aproximada: 500x500x405cm</p> <p>-Altura com a abertura do capô aproximada 1,81cm.</p> <p>Foto Ilustrativa</p> 	239726	UN	34	R\$ 24.665,43	R\$ 838.624,62

17	<p>Mesa inox 1,10x0,50 com Duas Prateleiras</p> <p>-Comprimento: 110 cm * Profundidade: 50 cm * Altura: 88 cm (com regulagem até 91 cm) * Estrutura inferior: 2 prateleiras lisas * Pés tubulares de 38,1 mm com regulagem de altura * Montagem prática e firme com parafusos e porcas de inox (não jangalheia) Capacidade e Resistência - * Suporta até 400kg distribuídos * Sendo 200kg no tampo + 100kg em cada prateleira * Testada e garantida pela Aser Inox, ideal para manipulação de alimentos e uso profissional. Itens Inclusos - * 1 Tampo e 2 Prateleiras * 8 Parafusos e 8 Porcas de Inox * 4 Pernas com pés ajustáveis</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 	328994	UN	112	R\$ 830,00	R\$ 92.960,00
18	<p>Espremedor De Sucos Inox Industrial Extrator Cor Prateado Frequência 60 Hz</p> <ul style="list-style-type: none"> • Frequência: 60 Hz. • Potência de 220 W que garante eficiência na extração de sucos. • Capacidade de extrair até 8 frutas por minuto. • Rotação aproximada de 1.750 rpm para máximo rendimento. • Gabinete em aço inox resistente à corrosão. • Câmara em alumínio que facilita a higienização. • Design bivolt permitindo uso em diferentes tensões elétricas. <p>Foto Ilustrativa:</p>	445102	UN	57	R\$ 419,51	R\$ 23.912,07

						
19	<p>DESCASCADOR INOX, 25 kg - 1 HP-CV 220 V</p> <p>-Tensão elétrica / frequência / -fases: 220 V / 60 Hz / 1 Potência nominal: 820 W Potência do motor: 1 HP-CV Consumo aproximado: 0,82 kW·h Dimensões aproximadas (AxLxP): 1.135,00x650,00x825,00 mm Produção aproximada: 500 kg/h Capacidade por ciclo: 25 kg</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 	602615	UN	52	R\$ 2.805,52	R\$ 145.887,04
20	<p>Panela De Pressão Industrial 20 Litros Polido Fechamento Externo Grandes Porções -</p> <ul style="list-style-type: none"> •Material: Alumínio reforçado •Dimensões aproximadas: 30 cm (diâmetro) x 37 cm (altura) •Peso: 5,9 kg (aproximadamente) •Capacidade: 20 Litros •Cor: Cinza •Fechamento: Externo •Válvulas: 2 válvulas de segurança <p>Foto Ilustrativa:</p>	616647	UN	60	R\$ 507,04	R\$ 30.422,40

						
21	<p>Espremedor de Laranjas Profissional Automática</p> <p>MATERIAL: AÇO INOX E ACRILICO</p> <p>CAPACIDADE DE PRODUÇÃO 20 LARANJAS/MIN</p> <p>POTÊNCIA (W) 120W</p> <p>VOLTAGEM 220V</p> <p>ALIMENTOS COMPATÍVEIS LARANJAS DE 4 A 8CM</p> <p>DIMENSÃO DO PRODUTO (A X L X P) 78,3X55,7X32,5CM (aproximada)</p> <p>ITENS INCLUSOS: MANUAL, CESTO DE ARMAZENAGEM E BACIAS COLETORAS DE RESÍDUOS</p> <p>Foto Ilustrativa:</p> 	615448	UN	44	R\$ 6.722,43	R\$ 295.786,92
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 5.187.507,92	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da formalização da Ata de Registro de Preços ou instrumento substitutivo, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. São Unidades Participantes deste certame as descritas abaixo seguidas de suas respectivas quantidades por item:

ITEM	UF	731060 CeIMPL	160292 CMRJ	158485 FRJ/ Pinheiral	160253 1º BtlG	771100 BAMRJ	795400 BtlOpEsp	781402 ERMRJ	795380 BFNIF	795180 BFNIG	732100 CIASC	795320 BtlLogFN	795310 BtlEngFN	740014 ClogMat	QT TOTAL
1	UN	1	2	1	2	0	3	0	3	0	0	0	0	0	12
2	UN	1	0	0	2	0	2	0	0	0	6	0	0	0	11
3	UN	1	0	0	1	0	2	0	0	0	2	0	0	0	6
4	UN	2	2	0	2	2	2	1	2	15	2	0	0	0	30
5	UN	3	2	0	5	2	2	1	4	15	2	0	4	2	42
6	UN	3	1	3	4	2	2	0	0	10	4	0	2	0	31
7	UN	2	2	3	8	2	3	1	4	12	4	0	4	2	47
8	UN	1	1	0	3	1	2	0	3	10	1	0	4	2	28
9	UN	1	1	1	3	2	1	1	2	13	4	0	0	2	31
10	UN	3	5	0	8	10	10	10	20	35	20	0	5	20	146
11	UN	6	5	0	10	6	30	0	10	31	10	2	6	1	117
12	UN	6	0	0	10	6	15	0	10	27	10	2	4	3	93
13	UN	4	0	0	10	0	15	10	10	33	10	2	6	3	103
14	UN	10	0	0	30	10	30	10	30	127	30	2	8	0	287
15	UN	4	0	0	10	10	15	8	10	40	10	5	10	10	132
16	UN	3	0	2	3	3	2	0	6	9	4	0	0	2	34
17	UN	6	0	4	30	8	10	1	6	16	10	5	6	10	112
18	UN	3	0	3	10	2	15	1	4	10	4	1	4	0	57
19	UN	3	0	0	10	2	5	1	4	17	4	0	4	2	52
20	UN	3	0	3	10	2	4	3	5	13	4	1	4	8	60
21	UN	3	0	2	8	0	5	1	10	9	2	0	4	0	44

- 1.7. Os endereços de entrega das Unidades Participantes são os descritos abaixo:

Nome da Unidade	Endereço	Telefone
731060 CeIMPL	Av. Brasil, Nº 13.476 Parada de Lucas - RJ, CEP: 21010-076	(21) 8120/3478-3529
160292 - CMRJ	Rua São Francisco Xavier, 267 - Maracanã, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20550-010.	(21) 3600-5800 / 3600-5782.
CMRJ	Rua José Breves, nº 550, Centro, Pinheiral - RJ, CEP 27197-000.	(24)3356-8250
160253 - 1º BtlG	Av. Pedro Segundo, 158, São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 0941-070.	(21) 2519-5297
771100 – BAMRJ	Avenida Brasil, nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21012-350	(21) 2101-0705
795400 – BtlOpEsp	Fortaleza de São José, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20000-000	(21) 2599-5553
781402 – ERMRJ	Estrada do Rio Jequiá sn - Ribeira - Ilha do Governador – RJ, CEP: 21930-185	(21) 2126-5900

795380 - BFNIF	Avenida Paiva, s/nº, Neves, São Gonçalo - RJ, CEP 24.426-140.	(21) 3707-9522
795180 - BFNIG	Estrada do Quilombo, S/N, Bananal, Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21911-010.	(21) 3384-4356
732100 CIASC	Rua Magno Martins, s/nº - Ilha do Governador - Rio de Janeiro/RJ. CEP 21911-000	(21)21 3386-4569 3386-4512
795320 BtlLogFN	Rodovia Washington Luiz, S/N, Km 124, Parque Duque, Duque de Caxias - RJ, CEP 25085-000	(21) 2189-7503 / 8129-7503
795310 BtlEngFN	Rodovia Washington Luís, s/nº KM 124 Parque Duque, Duque de Caxias / RJ - CEP 25085-008	(21) 2189-7600
740014 ClogMat	Rua Primeiro de Março, nº 118, Edifício Barão de Ladário, 21º e 23º andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ	21) 2104-5489 (21) 2104-5490

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Da não aplicação de cota para ME/EPP em determinados itens

- 3.2. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá deixar de aplicar a reserva de cotas quando tal medida se mostrar prejudicial ao conjunto ou ao objeto da contratação.
- 3.2.1. No presente caso, opta-se por **não aplicar a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte** nos itens **1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 16, 17 19 e 21**, em razão das seguintes justificativas técnicas e operacionais:
- 3.2.1.1. **Necessidade de padronização dos equipamentos:** os itens referidos correspondem a equipamentos de natureza industrial e operacional, cuja padronização é essencial para garantir a uniformidade de funcionamento nas diversas unidades participantes, evitando incompatibilidades técnicas;
- 3.2.1.2. **Existência de múltiplas marcas e modelos no mercado,** com variações relevantes de componentes, peças e sistemas, o que dificultaria a gestão contratual e operacional caso houvesse fornecimentos distintos decorrentes da divisão em cotas;
- 3.2.1.3. **Comprometimento da manutenção preventiva e corretiva:** a aquisição de equipamentos de diferentes fabricantes implicaria aumento significativo da complexidade da manutenção, exigindo múltiplos fornecedores de peças, assistência técnica especializada diversa e maior tempo de indisponibilidade dos equipamentos;
- 3.2.1.4. **Dificuldade na aquisição de insumos e peças de reposição,** uma vez que diferentes marcas demandam componentes específicos, o que compromete a logística de suprimentos e eleva o risco de descontinuidade operacional;
- 3.2.1.5. **Aumento do custo global da contratação,** decorrente da perda de economia de escala, da fragmentação do objeto e da necessidade de múltiplos contratos ou fornecedores;
- 3.2.1.6. **Risco à eficiência operacional das cozinhas industriais,** tendo em vista que se trata de equipamentos críticos para a produção de alimentação em larga escala, exigindo confiabilidade, padronização e rápida manutenção;
- 3.2.1.7. **Gestão contratual mais complexa,** com aumento do esforço administrativo para fiscalização, controle de garantias e acompanhamento de diferentes fornecedores; e
- 3.2.1.8. **Possibilidade de prejuízo ao interesse público e à eficiência administrativa,** princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Dessa forma, conclui-se que a aplicação de cotas para os itens mencionados **poderia comprometer a padronização, a manutenção, a economicidade e a eficiência da contratação**, razão pela qual se justifica sua não adoção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Observando o Programa Socioambiental da Administração, a contratação deverá priorizar:

- 4.1.1.1. Produtos com maior eficiência energética, quando aplicável, comprovada por selo Procel, etiqueta ENCE ou certificação equivalente;
- 4.1.1.2. Produtos fabricados com materiais recicláveis, reutilizáveis, atóxicos ou biodegradáveis, quando tecnicamente viável;
- 4.1.1.3. Equipamentos que permitam manutenção, reposição de peças e prolongamento de vida útil, evitando descarte prematuro;
- 4.1.1.4. Embalagens recicláveis ou reutilizáveis, sempre que possível;
- 4.1.1.5. Atendimento às normas ambientais, sanitárias e técnicas aplicáveis ao objeto, inclusive normas da ABNT, INMETRO e ANVISA, quando cabíveis;
- 4.1.1.6. Observância, quando aplicável, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos e à logística reversa.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste em aquisição de bens comuns, de baixa complexidade operacional e fornecimento sem dedicação exclusiva de mão de obra, não se verificando risco que justifique a exigência da medida.

Fornecimento dos bens

4.4. Os bens fornecidos deverão:

- 4.4.1. Ser novos, sem uso anterior;
- 4.4.2. Atender às normas da ANVISA, ABNT e demais regulamentações aplicáveis;
- 4.4.3. Ser fabricados com materiais adequados ao uso em cozinha industrial;
- 4.4.4. Possuir garantia mínima do fabricante; e
- 4.4.5. Ser entregues com manuais de uso e manutenção, quando aplicável.

Requisitos Técnicos

4.5. Os bens deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso prévio, e com garantia mínima de 12 (doze) meses,

contada a partir da data de entrega definitiva.

4.6. Os produtos devem apresentar conformidade com as normas técnicas ABNT, INMETRO ou equivalentes internacionais, conforme a categoria do item.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (meio por cento)** a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2%** (dois por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1%** (um por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (meio por cento) a **10%** (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou

indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 3% do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 5.187.507,92 (Cinco milhões, cento e oitenta e sete mil, quinhentos e sete reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Rio de Janeiro, na data da assinatura.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 05 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATHEUS DA SILVA DECCACHE SPITZ

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 10:47:54.

THIAGO VILAR DE QUEIROZ LAZARO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 10:23:30.